

O QUILOMBO QUE NÃO É DE PALMARES

Cintya Thaís de Freitas Moura (1); Mary Carneiro de Paiva Oliveira (1)

Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP. E-mail: cintyathaisdemoura@gmail.com

Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP. E-mail: marycpo4@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho apresenta uma história de vida a partir do Memorial da Identidade Camponesa, proposto pela disciplina de Educação do Campo, do curso de Pedagogia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP. A pesquisa foi desenvolvida na comunidade do Pêga, localizada no município de Portalegre/RN. O referido trabalho ainda se propõe a refletir sobre a cultura, a escolarização, modo de vida, e contexto político, socioeconômico numa comunidade quilombola, dando ênfase as discussões da Educação do Campo e a identidade camponesa, presentes na história de uma mulher negra que sempre viveu nesse território da diversidade. Desse modo, na medida em que os quilombos ganham história através do tempo e da ciente valorização, conseguimos alcançar a intencional discussão humanitária, e a partir dela desenvolver processos sociais que a Nova Pedagogia traz. Portanto, os sujeitos camponeses tem na identidade os movimentos, típico da filtragem social, rebatendo de frente conceitos pré-definidos, e levando à escola a liberdade do novo, aberta às mudanças, transformando a funcionalidade, visando os direitos, seja da divisão justa de terras, ou por novas políticas públicas que funcionem. Buscando uma “consciência de mudança” a classe trabalhadora do campo, para uma educação identitária, atuando na formação humana e na luta pelos direitos de uma vida digna no campo.

Palavras-chaves: Quilombo, Educação do Campo, Trabalho feminino.

Introdução

O grande impasse da educação brasileira é receber o indivíduo independente da sua fase de maturação, e respeitá-lo como sujeito, individualizando o processo de aceitação, e deixando a troca de saberes, obra do coletivo. Mas o padrão que criaram na educação, recebe os indivíduos em grupos como se fossem todos iguais, e apressam a troca de saberes, sendo individual, criando a noção de certo e errado, marginalizando outras formas de pensar, falar, sentir, reagir etc. desvalorizando os sujeitos e seus saberes.

O campo, que já sustentou a economia do nosso país, perdeu seu valor com os novos meios da industrialização que facilitou o trabalho em várias áreas, e junto com essa modernização trouxe a ideia de subordinação, já que a queda de empregos gerou desespero na população, que sentiu um distanciamento do seu pedaço de terra. Agora, sem emprego, sem valor, e marginalizado, se fez necessário um levante popular que atraísse olhares para os sujeitos com apenas vozes. Se fez e se faz necessário uma luta por uma educação igualitária universalizada que unisse os sujeitos, seja da zona urbana ou rural, que não imponha a educação, mas que transforme os conhecimentos dos sujeitos, em educação.

O olhar destreinado só alcança o homem à sua imagem e expressão, desprezando as marcas civilizatórias sofridas, a miscigenação da cor, da cultura, que afetou o nosso modo social/comportamental.

Fazer dessas marcas uma expressão de quem sou, fortalece a minha identidade que vem de longe sendo formada. “Quando os povos dos campos em sua rica diversidade se mostram vivos, dinâmicos, até incômodos fecundam e dinamizam mesmo a escola” (ARROYO, 2010, p. 09). Assim, os sujeitos do campo me atraem na sua força individual, formação coletiva, na diversidade identitária, na sustentação da sua cultura ameaçada, combatendo de frente a hegemonia.

O Rio Grande do Norte vasto em sua vegetação e território também foi marcado pela colonização, explorado por portugueses, holandeses e franceses; têm suas raízes nos colonos portugueses, negros e índios, que se refugiaram no interior do RN, e a partir deles várias costumes vem sobrevivendo. A forma organizacional mudou muito, porém a ideia dos centros urbanos nunca mudou, margeando outras comunidades a partir dos povos miscigenados norte rio-grandenses camponeses que subsidiavam da agricultura familiar, pesca, caça. Mesmo com a chegada do comércio, muitas dessas comunidades camponesas continuam existindo, mudando a forma que o trabalho é valorizado. Uma delas são os quilombos, que durante anos ganharam o respeito pela coragem e força de sobrevivência em uma sociedade totalitária.

A comunidade do Pêga, no município de Portalegre/RN, traz em suas raízes as práticas do quilombo, não só na cor da pele, mas na formação cultural e social das novas gerações, mantendo-as vivas diante de uma sociedade capitalista. No século XVIII o algodão fazia parte da economia do RN, que servia de matéria prima para a metrópole portuguesa, chegando à indústria inglesa já na Revolução Industrial, transformando o espaço sertanejo em um plantio de algodão junto à lavoura de subsistência.

Além de conquistar grandes áreas de pastagens, o algodão provocou também um fluxo de população, aumentando a necessidade de alimentos, sendo porém uma cultura que permitia outras intercalares, como o feijão, milho e a fava e até a mandioca, criando o consórcio pecuária-algodão e culturas alimentares (FELIPE, ROCHA, CARVALHO, 2011, p. 23).

Desencadeando um processo civilizatório, aumentando também as possibilidades de plantio. Com o tempo, nessa localidade houve o plantio de cabacinha, a safra do caju, que marca a história da cidade; a mandioca e dela outras atividades geradas nas casas de farinha, local de trabalho com a mandioca, desde a colheita, transporte, raspar (raspadeiras) trabalho feminino, cevar, lavar a massa, prensar, peneirar e torrar. Além da economia, o que geravam ao redor das casas de farinha, eram os bailes e encontros sociais, que tinha a função de juntar homens e mulheres, que firmavam compromissos.

O campo rico em sua cultura, forte em sua identidade, porém limitado na socialização, uma vez em que o urbano transformou e mudou o seu alvo, visando uma maior economia, aumentando rapidamente a população, boa parte do campo, que por escolha ou necessidade, viu a saída do campo vantajosa como meio de novas opções, o que chamamos de êxodo rural, a necessidade de novos meios de subsistência causadas por falta de chuvas, ou condições precárias de trabalho no campo, no seu pedaço de terra; tendo a cidade

como meio mais rápido e menos braçal de ganhar dinheiro, levando muitas vezes o camponês contra vontade deixar o seu chão, e ser marginalizado. Frente às suas possibilidades, o campo se abre à novas ideias, contribuições e condições, do seu papel social; suas percas geradas com o tempo, seus direitos, buscando uma solução para a igualdade que as políticas públicas existentes já defendem, inserindo socialmente, através da educação reformadora.

Ao mesmo tempo, pessoas que passam por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois têm melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc.) (HADDAD, 2006, p. 2016).

Para tanto, o nosso trabalho apresenta uma história de vida a partir do Memorial da Identidade Camponesa, proposto pela disciplina de Educação do Campo, do curso de Pedagogia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP. A pesquisa foi desenvolvida na comunidade do Pêga, localizada no município de Portalegre/RN. O referido trabalho ainda se propõe a refletir sobre a cultura, a escolarização, modo de vida, e contexto político, socioeconômico numa comunidade quilombola, dando ênfase as discussões da Educação do Campo e a identidade camponesa, presentes na história de uma mulher negra que sempre viveu nesse território da diversidade. Desse modo, na medida em que os quilombos ganham história através do tempo e da ciente valorização, conseguimos alcançar a intencional discussão humanitária, e a partir dela desenvolver processos sociais que a Nova Pedagogia traz.

O quilombo que não é de Palmares: trajetória de uma mulher negra na constituição da sua identidade

Aos 13 anos começou a minha labuta, mais nova de oito filhos, eu Maria das Graças Delmiro, criada na comunidade do Pêga, desde a década de 1970, ano em que nasci, vi meus avôs e meus pais na luta diária, e reconheço as mudanças daquela época à hoje. Os acompanhei nos eventos da comunidade, que vieram dos antepassados da minha família, e por ser muito grande, havia formação endogâmica, criando assim outras famílias no Pêga, são elas, Bevenuto, Jacinto e Delmiro, sendo o último o sobrenome que recebi. São muitos os relatos, desde que Portalegre se firmou como cidade na capitania do Rio Grande do Norte, em que nossos descendentes poderiam ser de negros e índios, devido à grande quantidade de refugiados no interior do estado desde o século XVII, sendo em maior agrupamento os índios do que negros, havendo mesmo assim o envolvimento desses grupos, uma vez que o homem branco na região dominava boa parte dos solos férteis, mais uma vez deixando à margem esses e outros grupos. Há relatos que meu bisavô foi um dos primeiros habitantes de nossas terras, e dos grupos que nos formaram, sobrevive muita história carregando nossos hábitos, e desenvolvendo outras habilidades que com o tempo foi necessário.

Em seguida com a habitação das novas terras, outros grupos foram formados no Engenho Novo e no Arrojado, seguindo a mesma linha divisória da mesma família, desenvolvendo as mesmas atividades culturais e econômicas que se interligaram no crescimento das comunidades, que dependentes de um chão onde boa parte não era fértil, desenvolvendo outras práticas; com o tempo foi sendo aperfeiçoado o trabalho agrícola, com novas lavouras, não só de subsistência, mas que gerasse economia.

“A formação social pode abranger um ou mais modos de produção, um dos quais é o modo de produção dominante e constitui a base econômica de determinada sociedade” (SANDRONI, 1994, p. 330). A formação social do quilombo, vem da ideia de fuga, lugar de batalhas específicas de um grupo; em Palmares no Alagoas, o quilombo mais conhecido que abrigou vinte e mil habitantes em nove aldeias; o lugar de fuga era composto por escravos negros, indígenas e brancos. Mesmo que a comunidade do Pêga, descendentes da capitania norte-rio-grandense, que não teve mão de obra escravocrata; essas atividades eram apenas no litoral com o cultivo da cana de açúcar e pecuarista, acentuando a mão de obra. Mesmo assim, no Pêga não foge da ideia de quilombo, pois os refugiados no interior do RN eram distribuídos tanto em negro, índio, como branco, que gerou a miscigenação no estado, sendo boa parte reconhecida por índios que encontraram aqui refugio da sua condição de escravo de outras partes do Brasil, para camponês livre em suas novas atividades, passando de empregado à produtor independente, produzindo e consumindo a própria lavoura.

Nessa nova condição, o quilombola ganha uma nova posição social histórica, a de camponês, seguindo os requisitos do trabalhador do campo, que vem sobrevivendo ou empurrado ainda como camponês. Desde o início do Brasil colônia que a atividade é a lavoura e a sociedade camponesa, com a chegada da ideia do comércio no Brasil, os centros urbanos foram sendo construídos, mudando a atividade econômica, acelerando o processo de comércio e buscando novas formas de escravizar, deixando o campo para trás, impondo ao camponês sobreviver com essa atividade, ou ser empurrado junto a ela.

Sabemos que em uma sociedade de classes o pequeno produtor sempre foi desvalorizado, visado apenas para gerar lucro para o arrendatário centralizador de terras; no começo do século XX, iniciou o processo de acumulação nesse setor, que rapidamente dominou a produção agropecuária, esse aumento na produção e acumulação gerou o excedente para o proprietário que ultrapassou a ideia de venda ou troca na agricultura de subsistência, expandindo para o comércio com o excedente acumulado, batendo de frente com o setor industrial. Não foi diferente com as cidades menores do interior do país, Portalegre sendo a primeira capital do RN por nove dias, foi palco de várias raças e seus conflitos por terras cultiváveis, acompanhando o litoral exportador. Segundo Moraes “Em 1856, a câmara Municipal de Portalegre determinava que só teriam direito a aforar terras públicas os proprietários que tivessem aviamentos de fazer farinha, engenho de moer cana, ou casa de tijolo no alinhamento das ruas desta vila” (MONTEIRO, 1999, p. 21)

Quando menina uma das melhores lembranças que são imagens do gado que meu pai tinha, garantia nosso leite todo dia, lembro quando pequena corria em direção as terras que eles se encontravam, correndo na estrada, me jogando em barrancos para fazer subir a poeira e ver o gado, sentia a fartura de tê-

los. As famílias da nossa comunidade e outras, sempre sofreram com a atividade econômica gerada da agricultura, e que a partir de 1856 limitou o acesso às terras, organizando em casas de farinha ou de cana de açúcar o nosso trabalho. Sempre coube ao dono da casa de farinha nos chamar para a farinhada que geralmente acontecia no fim da colheita da mandioca (utilizado também pelos índios como alimento), a safra que reuníamos era levada no lombo do jumento, animal utilizado no transporte à casa de farinha, e lá era selecionado o trabalho.

A primeira parte era a recepção das raízes e a lavagem, depois raspar a mandioca (trabalho feminino), ficava por conta das raspadeiras, geralmente duas, que dividam o trabalho manual em dois processos de raspagem, a primeira raspava a mandioca até a metade, entregando à segunda raspadeira para finalizar o processo, por várias vezes participei desse trabalho, junto da minha mãe, que em sua época o trabalho feminino, na década de 40, não era resumido apenas à raspagem, dividindo com os homens outras tarefas, a de lavar e torrar. Depois, a segunda lavagem da mandioca descascada, para ser triturada na moenda e prensada, que era puxada por animais (gado), facilitando o trabalho braçal, a goma que saiu da massa, passava por um processo de lavagem em tanques, para depois ser peneirada em “arupembas” (peneiras), sendo levada ao forno de lenha para ser torrada, peneirando mais uma vez para a torração final, deixando a goma pronta secar.

Foto 01 - Tanques para lavar a goma



Foto 02 - Tacho para torrar a mandioca



Arquivo da pessoal da autora - Maio/2016 Portalegre/RN

Hoje a atividade econômica é voltada para o comércio de Portalegre, programas do governo (Bolsa Família), e as farinhadas quando há plantio de mandioca, que com o tempo foi reduzindo por faltas de chuva na região agreste do sertão potiguar. A mudança econômica mudou a estrutura social, pois os encontros e festas após a farinhada, responsável pela interação da população, diminuíram deixando a socialização para grupos específicos, como escolas, outras comunidades e centro delas, Portalegre.

A atividade feminina sempre foi restrita, ainda que a sociedade mudasse, os nossos direitos foram restritos, desde a nascença, quando era menino, tinham atividades próprias para homens, não havia o reconhecimento de criança, que vem de um longo processo, pois nos enxergar como criança, colocaria a nossa família em segundo plano, e nos foi ensinado tarefas de casa e da roça, tendo à tarde para ir à escola. Com minha mãe não foi diferente, minha avó deu todos os filhos que sem condições não pode criar, e minha mãe criança ajudava em casas de senhoras com crianças recém-nascidas, mesmo o trabalho infantil sendo

necessário, pois tínhamos que aprender desde cedo como nos comportar, e ser reconhecidas por “menina macho”; havia nossas aventuras de criança, de explorar o lugar sem medo com tanta estrada para correr. Mesmo se fosse da vila de Portalegre, ainda assim teria restrições, aos 13 anos participava da farinhada, e sempre deixavam as mulheres separadas dos homens, chegando também nas comunidades, professoras. Sempre nos foi empurrado à ideia de que as tarefas de casa, desde os cuidados domésticos à educação dos filhos teria que ser ligada a agricultura. No campo, o homem tido como chefe, organizava as atividades da lavoura, e controlava a participação da mulher nas decisões.

Não só aqui, mas em outros estados antes de 1980, era de suma importância ter a mulher como símbolo de fragilidade, desde essa época a identidade feminina no campo vem ganhando novos olhares, e espaços como Trabalhadoras Rurais, que em seus movimentos pela terra, expulsou em 1970 a ideia das grandes fazendas de monopolizar nossa cultura, beneficiando o comércio comercial, abafando a identidade camponesa de sua luta ideológica por igualdade social, onde essas lutas femininas também conseguiram o vínculo a terra, ganhando forças para enfrentar os grandes proprietários, junto agora com a igualdade de gênero, que deve fluir entre os próprios camponeses.

O apoio de profissionais das principais áreas em que se situam as reivindicações – educadoras, enfermeiras, médicas, assistentes sociais – e os aportes da reflexão feminina contribuem para que o debate temático consiga a articulação de dimensões da vida social e individual antes impensável: mulheres-saúde-cidadania. (PRIORE, 1997, p. 647).

A sociedade patriarcal sempre marcou os passos da civilização, dos direitos e muitas vezes da falta deles, vinda da sociedade dividida em classes, onde o campo sempre ficou em última estância, desde quando existiam os senhores feudais na Idade Média. A carga cultural da sociedade reflete na escola, e da escola para a sociedade, sendo o ensino imposto como meio de dominação, seja feminina ou mundialmente. O processo escolar também dividia a população, quem tinha condições e nascia em berço de ouro, desde a infância tinha acesso aos jardins infantis, e quem não tinha, era assistido pelas creches, uma vez que o universo do comércio explorava mais e mais homens e mulheres, agora sindicalizadas. No campo a ideia de escola surgiu dos camponeses influenciados pelas lutas femininas na década de 1970, visando uma educação dos sujeitos do campo, respeitando sua identidade, quebrando a hegemonia do patriarcal na sociedade brasileira, promovendo o enfrentamento do poderio dos grandes proprietários rurais.

Minha mãe Maria da Conceição Delmiro, hoje com 89 anos, conta que frequentou a escola na comunidade do Pêga, onde morava vizinha ao grupo onde aconteciam as aulas, a obediência à única professora, que seguia as orientações da vila de Portalegre, era sempre adequada; a professora merecia total atenção dos alunos, e nunca era questionada, já que a escola era um lugar de estudo e aprendizado, ficando as trocas de saberes para a comunidade, uma vez que conservadora. Havia rezas, hinos de entrada, e no fim da aula, dois deles marcou a trajetória da minha mãe e de várias crianças hoje idosas.



Ao início:

*“Deixemos os brinquedos vamos estudar,
o mestre é nosso amigo, a escola outro lar, atentos, pois, ouçamos do mestre as lições, que ilustram nossa mente, que nos tornam bons.
O estudo não fatiga a quem amor lhe tem, nos guia na existência, nos aponta o bem, colegas estudemos nesta quadra infantil, para sermos, no futuro, a glória do Brasil!”*

Ao fim:

“Findo o trabalho é preciso ao corpo descanso dar, vamos pois alma em sorriso, ao doce enlevo o lar.

*Mestres que aqui nos ensinam, deixamos muito saudosos,
pais que nos beijam, que abraçam lá nos esperam ditosos.”*

Do meu tempo para cá, as escolas mudaram, era importante participar dos ensinamentos, mas continuavam com apenas uma professora no Pêga, que morava na comunidade, hoje residente em Portalegre. Gostava muito dela, sabia ensinar com paciência a várias crianças com idades diferentes. Sempre depois de trabalhar na roça é que a gente poderia estudar, eu e meus irmãos; o modo de ensino era dividido pelas idades, e as comemorações da escola só atrapalhavam no tempo de chuvas. A educação camponesa continua sendo sufocada por interesses da classe dominante, ainda que as terras fossem da família, havia necessidades no tempo das secas, conseguindo apoio na renda familiar, negligenciando outras estruturas, a uma educação que favorecesse os indivíduos do campo em educação, saúde, cultura e lazer; abrindo espaços para as novas gerações vindas desses camponeses, deixando de margear o acesso a tantos eventos regionalistas, de sua comunidade como de outras, facilitando o acesso aos bens culturais da cidade a qual pertencem, e que recebam o respeito por sua história, sendo reconhecidos como descendentes de negros e índios refugiados, e não atração cultural. A educação camponesa centrada na identidade dos seus movimentos sociais busca solucionar o fim dessa fraqueza no meio rural, não é que tudo tenha que ser baseado nos centros urbanos, muito menos esquecê-los, porém partir da identidade dos sujeitos, é se conhecendo que entenderão os demais. Enfim:

[...] no concerne à renda em trabalho, é evidente que – sendo todas as outras circunstâncias iguais – a extensão do sobretrabalho, [...] que decide até onde o produtor imediato será capaz de **melhor** sua própria situação, enriquece se produzir um excedente sobre seus meios de subsistência indispensáveis, ou – se queremos empregar a linguagem capitalista – produzir um lucro para si mesmo [sic] (MARX, 1867 p. 348).

A educação do campo visa à libertação do camponês do senhor arrendatário que não produziu junto a ele; o agricultor, que vive também do comércio como mais um meio de subsistência, ficando preso agora a duas formas de passividade, a primeira quando a necessidade faz vender ou negociar as terras, ganhando uma pequena parte da safra que plantou e colheu, ou o salário pago pelo dia de trabalho na própria

roça que foi arrendada. E a segunda, o comércio, que ver o pequeno produtor como ignorante, não conhecendo sua história para respeitar sua condição, esse também dominado pelo sistema de classes, que recolhe fundos em meio à imposição, pagando ao pequeno produtor também um salário por seu dia de trabalho. Entretanto:

[...] como defender a educação dos camponeses sem confrontar a lógica da agricultura capitalista que prevê sua eliminação social e mesmo física? Como pensar em políticas de educação no campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente? (CALDART, 2009, p. 261).

A identidade da escola do campo é definida por seu vínculo e suas necessidades, criando a partir disso, uma escola que contribua, enxergando separadamente dos centros urbanos, sendo incompetente quando não corrige as desigualdades sociais no campo, já que a função dessa educação é de igualar os sujeitos onde eles estiverem, respeitando o espaço em que está.

A atividade familiar agrícola necessita ser repensada em termos de políticas públicas, mesmo havendo um grande avanço após a década de 1990, percebe-se que em muitos locais, como no caso do Pêga, essa atividade se encontra defasada, não há incentivos suficientes e a estiagem na região se estende por 4 anos, o que agrava o quadro. Lima e Silva (2002), apontam para essa realidade possíveis passos que amenizem a situação, bem como a situação financeira daquelas famílias onde as principais fontes de renda são a agricultura familiar e o Programa Bolsa família (PEREIRA, 2016, p. 60).

Não é a primeira vez que o Pêga é visto (reconhecido) como histórico; e o que há nele de vantagem e firmeza em sua natureza, há de irregular em suas políticas públicas, que é deficiente quando reconhece os defeitos da comunidade e nada é feito. Não são pontos de vistas, são realidades comprovadas, onde a carência por saúde e educação diz respeito a seres humanos. Não é por que estamos ilhados de comunidades Portuguesas em sua forma comportamental que vamos abafar quem somos à nossa identidade, construída séculos atrás; merece o reconhecimento de lutas e miscigenação. A minha labuta começou desde que nasci, mas aos 13 anos, idade em que comecei a trabalhar, que reparei o mundo a minha volta, sentia as diferenças de outras comunidades onde estudei, notava a comparação com outras pessoas e culturas que não eram descendentes de índio e negro, e até mesmo por ser mulher. Talvez todo esse preconceito disfarçado tenha me afetado de algum modo e explodido aos 30 anos, em uma depressão; ou talvez não, talvez tenha me adaptado às condições que me impuseram, e assim como meus pais, recebi sem justificativas. Não só a educação precisa acompanhar o ritmo das sociedades, mas as sociedades precisam acompanhar o ritmo da evolução.

Considerações Finais

A identidade da educação de formular métodos de ensino baseados nos modelos sociais, sempre afastou ao objetivo de gerar voz nos sujeitos, através das práticas de raciocínio, expectativas da Nova escolarização. Quanto mais à escola se agarrar aos modelos confusos da sociedade, filtrando os impactos que vivemos, maior será a distância para mudar as concepções de novo. A escola, transformadora do diálogo fundamentado, renega sua força de mediador das atividades sociais, e vive pulando de sombra em sombra buscando apoio, sendo bombardeado com ideias contrárias e preconceituosas, agradando a uns e agredindo a outra boa parte. Assim:

[...] faz-se necessário alargar o conceito de educação, porque se os sujeitos dos movimentos sociais camponeses fora um dos maiores contribuintes para a concepção de Educação do Campo, fica explícito que essa concepção não teve seu início num espaço formal, e sim, num espaço não formal de educação. (CARNEIRO, 2013, p. 46).

Portanto, os sujeitos camponeses tem na identidade os movimentos, típico da filtragem social, rebatendo de frente conceitos pré-definidos, e levando à escola a liberdade do novo, aberta às mudanças, transformando a funcionalidade, visando os direitos, seja da divisão justa de terras, ou por novas políticas públicas que funcionem. Buscando uma “consciência de mudança” a classe trabalhadora do campo, para uma educação identitária, atuando na formação humana e na luta pelos direitos de uma vida digna no campo.

E ao realizar esse trabalho de pesquisa, nos provocou a refletir e a buscar novos conhecimentos acerca da educação que se desenvolve nos espaços campestres, uma vez que seremos futuros pedagogos e temos a necessidade também de entender como os processos de formação ocorre nas comunidades do campo.

Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais – Brasil – História**. Editora Afiliada, Rio de Janeiro, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**/ Belo Horizonte. Autêntica editora, 2010.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de Educação no Campo Para Além da Alfabetização (1952-1963)**. Editora UNESP. São Paulo, 2010.

CALDART, Roseli Salette. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, Mary. **Educação do campo: concepção, contribuições e contradições**. Revista Espaço Acadêmico N°140 / 2013.

FARIAS, Francisco Pereira de. **A República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001.

FELIPE, José Lacerda Alves. ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. CARVALHO, Edilson Alves de. **Economia Rio Grande do Norte** – Estudo Geo-Histórico e Econômico. Editora Grafset, 2013.

HADDAD, Sérgio. **A educação entre os direitos humanos**. São Paulo, Ação Educativa, 2006.

LUCENA, Cecília Sabrina de Souza. LIMA, Francisca Elizonete de Souza. PEREIRA, Camila da Silva. **A agricultura familiar na comunidade quilombola do Pêga, Porto Alegre /RN**. Revista Geo Temas, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1982.

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Lais Mourão. (org) CALDART, Roseli Salette. **Por uma educação do campo**. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. Rio de Janeiro, 2012.

MORAIS, Glória Cristiana de Oliveira. **Para uma Possível Etnografia da Comunidade do Pêga (Portalegre/RN)**. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó, 2003.

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil- Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. Contexto. São Paulo, 1997.

SANDRONI, Paulo. SILVA, Gilvanir Batista da. CARMONA, Alessandro Maia. **Novo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, São Paulo, 1994.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2008.